

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES-UNITA**

**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**O que os indicadores Educacionais não Medem: A Influência da Posse de  
Diferentes Tipos de Capitais na Educação no Brasil**

**JOSÉ THIAGO DE MÉLO SILVA**

**CARUARU, 2016**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES-UNITA**

**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**O que os indicadores Educacionais não Medem: A Influência da Posse de  
Diferentes Tipos de Capitais na Educação no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à FACULDADE ASCES - UNITA, como requisito parcial, para a obtenção do grau de bacharel em Administração Pública, sob orientação do Professor Msc. Tony Fernando Macêdo Galvão da cruz.

**CARUARU, 2016**

## **BANCA EXAMINADORA**

APROVADA EM: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

---

Presidente: Professor Msc. Tony Fernando Macêdo Galvão da cruz.

---

Primeiro Avaliador (a):

---

Segundo Avaliador (a):

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me iluminado e dado todas as coisas às quais sou grato.

Aos meus pais, irmãos e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Agradeço ao meu orientador Tony Galvão por ter acreditado em mim, pela sua dedicação, respeito e por ser um excelente professor e profissional, o qual me espelho.

Agradeço aos meus colegas de classe e com certeza futuros excelentes profissionais.

A todos os professores que me acompanharam e fizeram parte deste importante momento da minha vida.

A este centro universitário e todos os funcionários que fazem parte dele.

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”*

Eduardo Galeano

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender como a posse dos capitais cultural, social e econômico à luz dos conceitos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, podem influenciar nos resultados educacionais. A educação tem papel fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, com isso, busca-se entender tais conceitos a fim de ter o embasamento teórico necessário. Buscou-se entender o processo educacional brasileiro, as relações entre educador e educando. Faz-se uma análise do sistema educacional brasileiro, discutindo as funções do Estado, as atribuições estabelecidas pelos instrumentos normativos legais para cada ente da Federação. Foram apresentados alguns conceitos de indicadores e suas implicações como ferramentas de gestão. Em seguida, observou-se os principais indicadores utilizados pelo sistema educacional brasileiro e foi realizada uma discussão sobre os problemas destes para a percepção dos capitais no contexto educacional. Para tal, utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, selecionando e interpretando dados. Com isso, conclui-se que os indicadores como ferramentas de gestão são extremamente importantes, porém, a sua utilização no contexto educacional deixa de levar em consideração aspectos culturais que afetam o bom desempenho do aluno nos resultados obtidos. Sugere-se que os indicadores continuem a ser utilizados, mas numa perspectiva diferente, que possibilite a participação de todos os atores envolvidos na realidade escolar dos indivíduos e que possibilitem uma visão e interação da realidade local.

**Palavras-chave:** Educação; Capital Cultural; Indicadores Educacionais; Escola; Sociedade

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1. A EDUCAÇÃO E SOCIEDADE</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1. EDUCAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1.2. EDUCADOR E EDUCANDO</b> .....	<b>17</b>
<b>1.3. ESTADO E EDUCAÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1.4. FEDERALISMO EDUCACIONAL BRASILEIRO</b> .....	<b>20</b>
<b>1.5. PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 2. CAPITAIS A LUZ DE BOURDIEU</b> .....	<b>24</b>
<b>2.1. CAPITAIS</b> .....	<b>24</b>
<b>2.2. CAPITAIS E EDUCAÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>2.3. ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL</b> .....	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO 3. INDICADORES E INDICADORES EDUCACIONAIS</b> .....	<b>32</b>
<b>3.1. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)</b> .....	<b>35</b>
<b>3.2. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB)</b> .....	<b>36</b>
<b>3.3. PROGRAMME FOR INTERNATIONAL STUDENT ASSESSMENT (PISA)</b> .....	<b>37</b>
<b>3.4. PROBLEMAS DOS INDICADORES EDUCACIONAIS</b> .....	<b>37</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

Um dos principais fatores para o desenvolvimento de uma nação é a educação, a produção crescente de conhecimento de um país aumenta sua renda e qualidade de vida, porém, a educação vai além da garantia do progresso econômico de um país: ela oferece às pessoas condições para uma vida melhor, mais consciente.

O processo educacional dos indivíduos é construído durante a sua vida. Educar está ligado ao ato de viver e viver é aprender.

A educação não se limita apenas aos conhecimentos formais estabelecidos, como coloca Brandão: “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é sua única prática e o professor profissional não é seu único praticante” (BRANDÃO, 1985, p. 9)

A educação se dá em todas as instâncias de convivência social, o processo de aprender é constante desde que os indivíduos nascem. Viver é um constante processo de aprendizagem. Viver é aprender, como coloca Demo (2005).

Os professores devem promover o questionamento na busca de se tornarem instigadores do saber. Devem incentivar a descoberta, a pesquisa e fazer com que seus alunos criem gosto pela busca do conhecimento. (Freire, 2012)

O Estado garante a educação para todos. Tornando-a um direito, não um privilégio, é preciso pensar maneiras de validar este direito para que todos tenham acesso a uma educação digna e de qualidade.

A escola é um importante espaço de convivência. É preciso construir escolas que promovam a igualdade de oportunidade para todos.

No Brasil, a educação sofre com diversos desafios e problemas. A educação brasileira enfrenta problemas que vão desde a valorização dos profissionais e condições de oferta de ensino a questões do ambiente escolar e da sala de aula.



Para a melhoria da educação é preciso que as pessoas tenham uma consciência do papel que a educação exerce nas suas vidas e os benefícios que traz.

É necessário um maior investimento por parte do governo em educação, a criação de políticas públicas mais eficientes e conscientes do contexto local da escola e dos alunos.

O envolvimento da comunidade é imprescindível para a diminuição das desigualdades existentes no ambiente escolar. Com isso, a sociedade precisa de escolas mais democráticas e acessíveis. O dever de zelar pela escola e educação é de todos.

Os indicadores são importantes mecanismos de avaliação, gestão e controle. São utilizados nas mais diversas áreas, a educação é uma delas. Os indicadores educacionais precisam perceber o contexto local e a realidade cultural dos indivíduos.

Com isso, o presente trabalho, denominado “O que os indicadores Educacionais não Medem: A Influência da Posse de Diferentes Tipos de Capitais na Educação no Brasil” utilizou o método de abordagem dedutivo, inicialmente utilizando-se das diversas informações sobre educação, indicadores educacionais brasileiros e capitais cultural, social e econômico. A partir deste levantamento inicial, buscou-se mais teorias com o objetivo de fundamentar este trabalho.

Feito esse levantamento inicial, foram selecionados, por meio de levantamento bibliográfico, fundamentos e ideias para dar suporte na busca de conclusões a respeito das premissas colocadas neste trabalho. A pesquisa bibliográfica se deu durante toda a construção deste trabalho. Para tal, foram utilizados livros no campo das ciências sociais aplicadas, e revistas e artigos científicos que tratem das temáticas educação e sociologia.

Foram ainda utilizados outros meios e fontes de pesquisa. A internet, como mecanismo fundamental de acesso a dados fornecidos pelo Governo brasileiro e demais instituições conceituadas que tratam da temática educação pública. A legislação brasileira sobre educação e sistema educacional, desde a Constituição Federal de 1988 até leis específicas. Visto que a educação é discutida nos mais diversos meios e mídias, foram utilizados documentários como ferramenta para provocação e suporte para discussão. Por fim, documentos e fontes similares de autores e instituições qualificadas sobre educação e métodos de avaliação de políticas públicas, tais como, cartilhas e manuais.

A teoria dos capitais de Pierre Bourdieu foi utilizada como forma de oferecer subsídios para responder à pergunta que este trabalho apresenta: como a posse desses capitais pode interferir nos resultados educacionais.

Decorrente disso, foi usado a abordagem de pesquisa qualitativa, ou seja, a partir da compreensão das informações adquiridas, busca-se interpretar o fenômeno e dar significado a pergunta-problema deste trabalho: o impacto dos capitais nos resultados educacionais brasileiros.

Este trabalho tem como objetivos a busca pela compreensão de como a posse de diferentes tipos de capitais pode interferir no contexto educacional dos indivíduos e conseqüentemente nos resultados educacionais.

Além deste, busca-se entender os conceitos de Capital Cultural, Social e Econômico na teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Debater as relações entre educador e educando; investigar o sistema educacional brasileiro; compreender como funcionam os principais indicadores educacionais do Brasil; examinar o papel da educação na sociedade e por fim, analisar as influências dos capitais sociais para a formulação de políticas públicas educacionais.

A relevância deste trabalho vincula-se à importância da educação e do papel do Estado, da sociedade participativa para o desenvolvimento do ensino público. Buscando compreender a interferência que a posse de diferentes tipos de capitais podem ter no desenvolvimento da educação e o processo de aprendizagem.

Por fim, esta pesquisa utilizou dos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental, seleção e interpretação dos dados, buscando apresentar ao final as conclusões que resultaram da pesquisa.

Com isso, o primeiro capítulo discute o papel da educação na sociedade, suas formas de manifestação e a sua relevância para a construção dos indivíduos no meio social. Adiante, no mesmo capítulo discute-se a relação entre o educador e educando, como o processo de ensino e aprendizagem nas instituições formais deve ser estabelecido. Em seguida, a relação entre o Estado e a educação é debatida investigando as funções atribuídas ao Estado por meios legais e aspectos sociais e o federalismo educacional brasileiro. Por fim, é feita uma pequena análise dos problemas da educação.

No capítulo seguinte, apresentam-se os capitais na ótica do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Os principais conceitos e implicações destes no contexto educacional. Encerrando com a discussão sobre as escolas de tempo integral.

Apresentado a importância da educação e a influência que os capitais exercem na educação, o capítulo 3 apresenta os indicadores, suas funções e os principais indicadores educacionais brasileiros e os problemas destes. No capítulo final, apresentamos as conclusões.

## **CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**

### **1.1 Educação**

A educação é um importante mecanismo para promover o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. A percepção do que é educação muitas vezes se limita às estruturas que são responsáveis por seu desenvolvimento e reprodução. Numa análise, pode-se dizer que existem diversas formas de propagar a educação de maneira indireta, que não seja mediante as instituições educacionais. Esse processo educacional indireto se dá, por exemplo, na orientação dos pais sobre seus filhos, com a reprodução de práticas por parte do educando, mesmo que aquele que educa não perceba.

Na sociedade atual, com a evolução da tecnologia, a facilidade de acesso a meios eletrônicos e mecanismo de reprodução de conhecimento ampliou as formas de reprodução do saber.

A educação precisa dar condições para a formação de seres pensantes capazes de intervir positivamente no meio em que vivem.

Para Demo (2005), aprender é uma condição crucial da vida. O processo de desenvolvimento dos indivíduos é construído juntamente com o desdobramento das fases de sua vida e coloca que aprender é muito mais do que o conhecimento passado nas instituições formais, tais como escolas e universidades.

Aprender é uma condição inata dos seres humanos, o ato de viver, de existir é um processo de aprendizagem. O ser humano é construído durante toda sua vida, nas suas relações e interações com o meio. Viver e aprender são formas que levam à construção da identidade dos indivíduos. (Demo, 2005)

O Estado comprometeu-se a fornecer o serviço de educação para todos. No Brasil, é dever do Estado, juntamente com a sociedade zelar pela qualidade do ensino. A legislação brasileira permite a prestação do serviço educacional não apenas por parte do governo, mas também por parte da iniciativa privada, de forma complementar, que estará sujeita à legislação federal (Art. 209, Constituição de 1988).

A educação deve ser entendida como um direito de todos e não como um privilégio reservado a uma pequena parcela da população. Todos devem ter a oportunidade de receber uma educação de qualidade e que atenda às suas necessidades de busca do conhecimento.

É preciso pensar a educação como instrumento que possibilite o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos e permita que eles se desenvolvam como seres pensantes e que possam atuar na mudança da estrutura social (Paulo Freire, 2011). A educação não deve ser pensada como uma ferramenta que manipula os indivíduos para uma determinada direção e para que os mesmos se adequem ao sistema.

Sabendo da importância da educação para o desenvolvimento da sociedade é preciso democratizar o acesso às instituições de ensino. Devido às diferenças sociais, a escola pública vem para possibilitar o acesso gratuito a todos. Por meio de uma educação de qualidade é possível que os indivíduos possam adquirir as condições necessárias para poderem se desenvolver, com isso a educação se mostra como um importante instrumento para a promoção da igualdade social.

Um problema para os sistemas educacionais, é que apenas garantir o acesso não gera obrigatoriamente uma educação de qualidade. Diversos são os problemas apontados, como o grande número de alunos, a baixa remuneração dos profissionais da educação, a falta de infraestrutura adequada, problemas de localização das escolas, especialmente daquelas que se encontram em bairros de periferia, e por isso muitas vezes sofrem com o descaso da sociedade e da própria gestão pública.

Para poder identificar os problemas, os governos usam indicadores, os quais podem oferecer apoio nas avaliações e na gestão do sistema, já que de certa forma são um instrumento que propicia a auto avaliação e, usado de forma correta, instiga a busca pela transformação e mudança de determinadas práticas.

Com a democratização e facilidade de acesso às instituições de ensino, e as exigências de permanência escola, ficou perceptível a diferença do nível de escolaridade das classes sociais.

A escola é uma reprodutora da estrutura social, como coloca Bourdieu:

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre

as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força. (Bourdieu, 2001, p.311)

Com isso, a questão das desigualdades presentes no ambiente escolar não é uma falha propriamente do sistema educacional, mas da natureza do modelo social, econômico e cultural no qual ele está inserido.

A educação, por cumprir um importante papel na sociedade, deve ser gerida de maneira que produza o desenvolvimento intelectual e a autonomia do ser. Ela não deve adestrar os indivíduos para que sejam apenas membros da força produtiva de um país. A própria estrutura da escola deve ser mudada, abandonando de uma vez por todas o atual modelo inspirado em fábricas e presídios.

As crianças precisam querer buscar o conhecimento e por meio dele se realizarem. É preciso que os indivíduos passem a olhar o mundo e a educação de outra perspectiva, assim como o filósofo se liberta da caverna (Platão, 2000) o aluno precisa descobrir o quão fascinante é a capacidade de descobrir e conhecer.

O sistema de ensino não leva em consideração as diferenças que cada um possui, e com isso julga que todos são iguais. Não perceber o impacto que o meio no qual o indivíduo está inserido tem na educação do mesmo afeta os resultados obtidos pelo sistema de avaliação, e, conseqüentemente, na sua prática como cidadão e ser humano pertencente a uma sociedade.

A escola apresenta diversos problemas, os quais prejudicam a forma como a educação é construída, sua estrutura, a forma como são estabelecidas, o comportamento exigido, o currículo, entre outros. O problema real não está na escola, mas na forma como ela é construída, baseada em um modelo ultrapassado e que reproduz as desigualdades existentes fora dela.

Para a escola estabelecida, o que realmente importa é o conhecimento formal, aquele estabelecido no currículo e que foi produzido atrás de um birô. É preciso repensar a forma como o conhecimento é estabelecido e a sua real importância para que se crie uma nova perspectiva na criação de políticas educacionais. Uma nova forma de fazer política pública, baseada em análises e que garantam os melhores resultados sociais (Secchi, 2016).

A sociedade é dinâmica e muda constantemente. O sistema educacional não muda na mesma velocidade. Novas tecnologias e formas de interação social, de pensamento, participação e um mundo mais informatizado acabam por mudar completamente a maneira

como a escola é vivenciada e é mantida. A escola precisa adaptar-se ao contexto global e preparar o aluno para enfrentá-lo. Como coloca Freire:

“Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso?” (Freire, 2011, p. 32)

Os sistemas de avaliação pautados em médias oferecem um retrato da educação, porém, os mecanismos avaliativos quantificam o aluno, transformam-no em um número, ele deixa de ser uma pessoa e passa a ser um resultado nos registros do governo.

A educação passa a ser baseada na competição, os melhores se destacam e os que não atingem os melhores resultados não são reconhecidos, são ignorados.

A forma como muitos pais veem a escola é um grande problema para a melhoria da educação. Não enxergá-la como um local para formar pessoas conscientes, mas como uma creche, um depósito de crianças acaba por prejudicar a instituição, que passa a atuar num sistema de recompensas, quase um processo de adestramento animal.

É preciso perceber a forma como as crianças se comportam e deixá-las se desenvolverem ao seu próprio tempo. A escola precisa dar subsídios para que elas possam se desenvolver, e não trancá-las em uma sala esperando que todas se comportem da mesma forma ao mesmo tempo.

Para além de instruir, a escola precisa responder aos anseios individuais na busca da construção do ser. Escola não é sinônimo de educação, apenas uma das maneiras para manifestá-la. Como coloca Brandão:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (Brandão, 2007, p. 7)

A educação precisa ter como sua essência o educando, e não apenas números. Conhecer o seu mundo e a partir dele propiciar condições para o seu desenvolvimento. As metodologias de ensino são pautadas em muita teoria e não nas reais condições do contexto social em que o aluno está inserido.

A educação precisa ir além da escolarização, derrubar os muros da escola. Buscar novos critérios e perceber que o indivíduo também é construído fora da escola, às relações sociais e a posse de capitais impactam no processo educacional. Para Bourdieu “o rendimento da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado- que pode ser colocado a seu serviço.”(Bourdieu, 1979, In: Nogueira, 1998, p.74).

Como forma de desenvolver os alunos,a escola deve ser pautada nas perguntas. Ao se basear em oferecer apenas respostas ela apenas limita o processo educacional. Instigar os alunos a buscarem o saber e formular perguntas, como exposto por Freire:

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a transferir conhecimento.

Antes de entrar na escola as crianças possuem uma bagagem, acumulada desde o seu nascimento nas relações em que teve. O ato de se desenvolver é natural, e não se pode fazer nada para impedir. A escola apenas precisa dar condições para que as crianças tenham as condições necessárias.

Pensar a escola em um sistema de recompensas e castigos acaba por moldar o comportamento dos indivíduos, obrigando-os a fazerem o que lhes é imposto, se não o fizerem passam a ser ignorados. Impõem-se limites.

A escola tem que entender que todas as pessoas são diferentes e com isso agem, pensam e reagem de maneiras distintas. A escola não precisa compreender os alunos.

A educação precisa ser feita de forma integral e abrangente de forma que a escola prepare os alunos e alunas para a vida. A escola, ao reconhecer as aptidões únicas de cada um ajuda o alunado no seu processo de construção no ato de descobrir-se.

O educador precisa estar atento em como fazer a educação e no seu papel para o desenvolvimento humano. Deve buscar maneiras para desenvolver as crianças, na busca das potencialidades que elas trazem antes de entrarem no ambiente escolar e com essa percepção pode aperfeiçoar as capacidades individuais do aluno.

Rubem Alves disse em entrevista concedida ao Portal Brasil (2011) que “a missão do professor não é dar respostas prontas. “As respostas estão nos livros, estão na internet. A missão do professor é provocar a inteligência, é provocar o espanto, é provocar a curiosidade”



## 1.2 Educador e Educando

Nas práticas educacionais o ato de educar se mostra como meio de desenvolver o educando, é preciso pensar o educador como instigador do saber. O professor deve ensinar, não apenas limitar-se a passar conhecimentos já preparados. Na ótica de Paulo Freire:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (Freire, 2011, p. 28)

O educando está na busca do conhecimento, deve ser visto não como um objeto passivo que apenas recebe um saber pronto, mas como ser pensante e com condições de construir.

Para isso, é necessário a intermediação de alguém. O educador tem o papel de ajudar a desenvolver o educando, auxiliando na mudança da sociedade através do processo de educar. Para tal, ele precisa compreender a realidade não apenas no contexto macro, mas a realidade do aluno e aluna que estão sob sua responsabilidade, entendê-los a partir dos contextos, seja social, econômico ou cultural.

A prática de ensinar deve levar em consideração a autonomia do aluno, é preciso entender e respeitar o educando, visto que, o mesmo como ser social já possui um conhecimento que foi adquirido antes de entrar na escola, como coloca Freire:

“Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...)” (Freire, 2011, P. 31)

No processo de ensino, o professor não é exclusivamente responsável por ensinar, da mesma forma, aprender não é algo restrito ao aluno. Ambos são atores complementares na prática de ensino. Aquele que ensina aprende no ato de ensinar e aquele que aprende ensina no ato de aprender. Sendo assim, o professor não é superior ao aluno. Mesmo dominando

determinados conhecimentos que o educando desconhece o professor faz parte do mesmo processo de edificação do saber. (Paulo Freire, 2011).

O professor deve ser um pesquisador na busca do saber crítico e na sua assimilação com o contexto que está inserido. É preciso instigar e orientar os educandos na busca do desenvolvimento de um saber que seja crítico e que o ajude na compreensão do mundo. É preciso pesquisar para ensinar. (Paulo Freire, 2011).

Para Demo (1993), o professor não deve apenas dar aula e instruir, é preciso responsabiliza-se para que o aluno aprenda. Tendo como ponto de partida o aluno. É necessário resolver os problemas dos professores, para assim, atingir níveis aceitáveis de qualidade educacional. Existem duas questões importantes, a valorização da profissão e a capacidade técnica.

### **1.3 Estado e educação**

Um dos principais motivos para o Estado investir em educação é o aumento da força produtiva. Ao alocar recursos para a qualificação educacional dos seus cidadãos, estes terão mais condições de conseguir uma qualidade de vida melhor através de melhores empregos.

Pessoas com um nível mais elevado de instrução podem conseguir melhores salários e alavancar a força produtiva de um país.

Além do retorno econômico-financeiro, o investimento em educação permite que os cidadãos tenham um maior nível de consciência. Indivíduos conscientes da realidade, com uma perspectiva maior de viver em meios urbanos, visto que, serão cidadãos mais ativos na vida em cidades.

Cidadãos mais conscientes e educados vivem mais e melhor. É o que mostra o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2016) o investimento em educação reduz as taxas de homicídios.

Apesar da educação não ser um serviço exclusivo do Estado é preciso que este intervenha, visto que, muitas famílias são incapazes de subsidiar uma educação de qualidade para seus filhos. As famílias com maior nível de renda podem ofertar uma educação mais cara

e com maior qualidade para seus filhos, o que não ocorre na mesma proporção com famílias em situação de vulnerabilidade social.

Para famílias com menos condições financeiras investir em educação representa a diminuição de recursos que poderiam ser investidos em outros bens de necessidade urgente. A educação representa um investimento a longo prazo, onde o retorno não é imediato, para famílias em situação de vulnerabilidade não é viável investir em educação quando muitas vezes não se tem condições básicas de sobrevivência. (Nogueira, Nogueira, 2002)

No Brasil, a Constituição cidadã garante, no artigo 205, que a educação é um direito de todos os cidadãos. A Constituição Cidadã, como ficou conhecida, garante a educação como um direito social, define que todos os entes federativos devem dar condições para o acesso à educação. Mais adiante em seu texto, dedica uma seção apenas para educação, e define princípios que regem a educação brasileira.

Ao ofertar o ensino gratuito, o Estado busca ofertar oportunidades para que os filhos e filhas, inclusive das famílias mais pobres, possam ter uma educação de qualidade, e, através desta, poder ter uma melhor qualidade de vida.

O Estado comprometeu-se a fornecer o serviço de educação para todos. No Brasil, é dever do Estado, juntamente com a sociedade, zelar pela qualidade do ensino. A legislação brasileira permite a prestação do serviço educacional não apenas por parte do governo, mas também por parte da iniciativa privada, de forma complementar, que estará sujeita à legislação federal.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB) estabelece em seu artigo 3º<sup>1</sup> os princípios que regem a educação nacional. Dos onze princípios estabelecidos, quatro serão mais explorados neste trabalho: o da igualdade de condições para o acesso e permanência na

---

<sup>1</sup> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

escola; a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a valorização da experiência extraescolar; e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

A legislação brasileira divide o ensino nacional em Educação Básica, que compreende os níveis de ensino de Educação Infantil (Creche e Pré-escola), Fundamental e o Ensino Médio; e a Educação Superior. (Art. 21, LDB)

O governo criou alguns fundos para o financiamento da educação: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), vigente entre os anos de 1998 a 2006 e instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) instituído pela Emenda nº 53, de 2006, com vigência prevista entre os anos de 2007 a 2020.

#### **1.4 Federalismo Educacional Brasileiro**

Com a educação sendo um serviço prestado pelo Estado brasileiro fica entendido que a mesma passa a ser um serviço público. Com isso, é de competência das instituições públicas prestarem esse serviço observando o bem estar da coletividade.

O sistema educacional brasileiro divide atribuições entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Segundo o artigo 211 da Constituição Federal do Brasil, os entes irão organizar de maneira colaborativa seus respectivos sistemas. A União atuará preferencialmente sobre a educação superior e o ensino técnico, não excluindo a possibilidade de atuar nos outros níveis; os Estados e o Distrito Federal atenderão prioritariamente o ensino médio e fundamental, tendo a possibilidade de atuar sobre o ensino superior e educação infantil; no nível municipal, a prioridade é o ensino fundamental e a educação infantil, havendo também a possibilidade de atuação nos outros níveis.

Com a divisão das competências para atuar nos níveis educacionais, é preciso compreender que cada ente só vai atuar no nível que não possui preferência quando atingir patamares mínimos no nível que é de sua prioridade.

A Constituição prevê a destinação de recursos obrigatórios para o financiamento da educação. Segundo a Carta Magna, a União não aplicará menos de dezoito por cento de suas receitas, enquanto os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão aplicar vinte e cinco por cento de suas receitas para manter e desenvolver o ensino.

A Lei de Diretrizes de Bases de 1996 (LDB) estabelece as fontes de recursos para educação. No artigo 68<sup>2</sup> ela define os recursos públicos que devem ser destinados para o financiamento da educação.

A mesma LDB define, no artigo 9º, as atribuições da União sobre a educação, tais como: a elaboração do Plano Nacional de Educação; a prestação de assistência técnica e financeira aos demais entes da federação; reunir, sistematizar e divulgar as informações sobre a educação;

No artigo seguinte, estabelece as incumbências dos Estados. Estes devem organizar seus sistemas de ensino; definir de forma colaborativa com os Municípios a oferta do Ensino Fundamental; oferecer o Ensino Médio, entre outras.

Aos Municípios foram incumbidas a função de ofertar a Educação Infantil e Ensino Fundamental; organizar suas instituições de ensino em adequação com as políticas nacionais; elaborar normas com vistas a complementar o seu sistema de ensino.

## **1.5 Problemas Da Educação**

A educação brasileira, em que pesem os avanços, apresenta ainda alguns problemas. O principal deles é a qualidade, visto que, não basta apenas ofertar vagas e tentar manter o aluno na escola. É preciso ofertar um ensino de qualidade e que apresente resultados significativos na vida dos indivíduos e da sociedade.

---

<sup>2</sup>Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

- I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - receita de incentivos fiscais;
- V - outros recursos previstos em lei.

Os professores desempenham papel fundamental na educação. Eles são agentes extremamente importantes para a qualidade da educação.

A parcelados alunos que desistem ou não estão na série correspondente a sua idade é reflexo do baixo rendimento escolar. Os alunos acreditam que por não terem um desempenho satisfatório na escola devem buscar outras formas de ter um papel na sociedade, já que pensam não ter futuro nos estudos, outras meios são buscados para compensar.

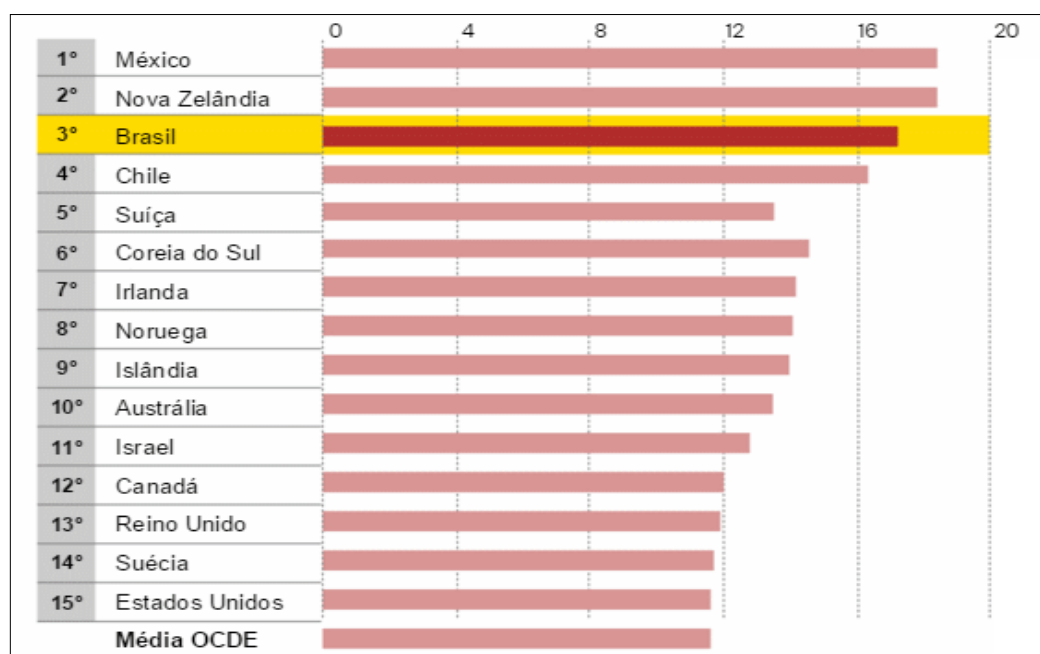
O processo educacional precisa compreender a realidade em que os indivíduos estão inseridos e dar subsídios para o pleno desenvolvimento destes. Deve utilizar de tecnologia e demais instrumentos para obter uma educação de qualidade.

As crianças passam por todas as fases de ensino, são alfabetizadas, mas não utilizam a tecnologia como apoio. E fora do contexto escolar a tecnologia é presente na vida dos alunos.

Apesar dos avanços na inclusão de alunos no sistema educacional, a evasão e a distorção idade-série continuam sendo problemas para a educação brasileira. A distorção idade-série é caracterizada pela proporção de alunos que se encontram com mais de dois anos de atraso na escola.

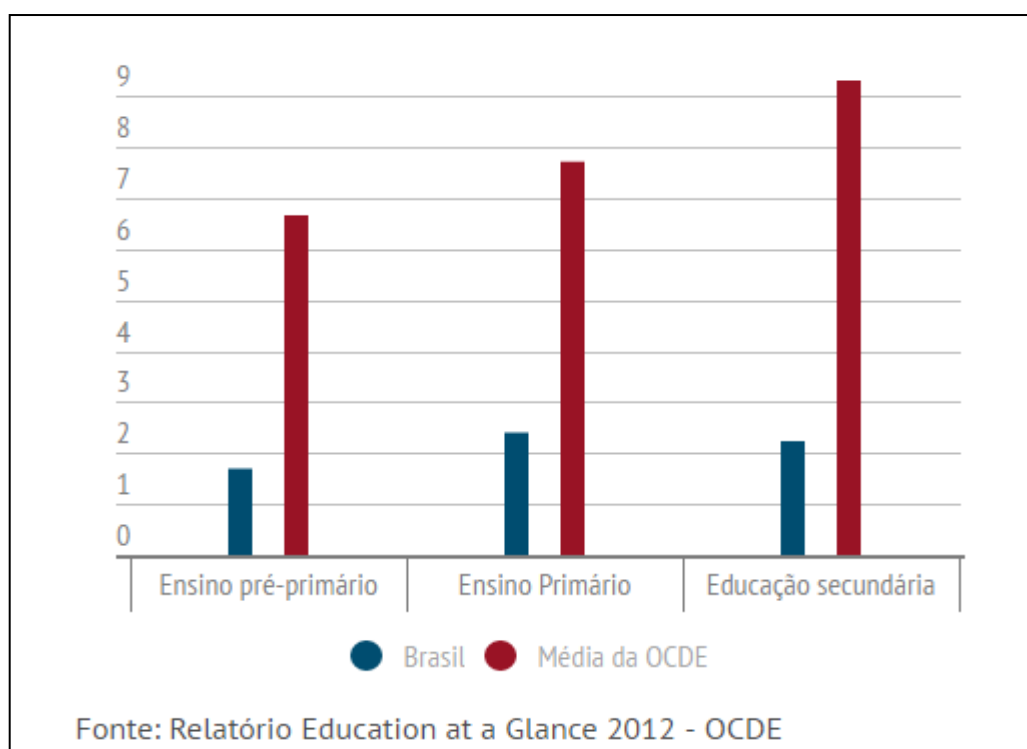
O Brasil enfrenta problemas com investimentos na educação, como mostra o relatório Education at a Glance da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados financeiros referentes ao ano de 2012. A figura 1 mostra que o Brasil investe 17% dos gastos públicos em educação, o que é considerado um investimento elevado. Porém, quando dividido por gasto anual por aluno os recursos mostram-se muito baixos (Figura 2).

**Figura 1 Percentual do gasto público com o ensino**



Fonte: G1, 2015

**Figura 2 Gasto em educação por aluno**



Fonte: Relatório Education at a Glance 2012 - OCDE

Fonte: G1, 2015

## CAPÍTULO 2. OS CAPITAIS À LUZ DE PIERRE BOURDIEU

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, apresenta três tipos diferentes de capital, o capital Econômico, o social e o cultural. Esses capitais são uma ampliação do pensamento de Karl Marx. Para Bourdieu, capital não se restringe ao acúmulo de bens econômicos, mas se refere também a todo tipo de poder que se exterioriza nas relações sociais.

Capital econômico compreende a posse de bens com valor econômico. São as formas como o indivíduo expressa a sua posse de bens e serviços. Este capital corresponde à renda, salário, posse de imóveis, entre outras formas de poder monetário-econômico.

O capital social se expressa nas relações sociais que os indivíduos possuem. Relações que podem ser resultado do capital econômico. Com esse capital social, o indivíduo possui uma maior facilidade de obter determinados privilégios. No Brasil, esse capital social pode em alguns casos ser chamado de “jeitinho” brasileiro, na medida que se refere à capacidade de burlar algumas regras, e/ou não cumprir com compromissos. (DaMatta, 1986).

As redes de relações construídas pelos indivíduos e as vantagens e desvantagens que ela pode oferecer nas formas de competição entre grupos são considerados capitais sociais.

Os títulos escolares são uma das formas em que o capital cultural se expressa. Este capital, constituído pela herança familiar, é o que teria impacto no sucesso ou insucesso escolar. Como exposto por Nogueira, Nogueira (2002):

A Sociologia da Educação de Bourdieu se notabiliza, justamente, pela diminuição que promove do peso do fator econômico, comparativamente ao cultural, na explicação das desigualdades escolares. Em primeiro lugar, a posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. (Nogueira, Nogueira, 2002, p. 21)

O capital cultural facilitaria o desempenho escolar pelo fato que os alunos que possuem um nível elevado têm uma maior facilidade de assimilação dos códigos escolares. A escola seria uma continuação da educação familiar para os vindos de um ambiente favorável. O capital cultural seria um recurso tão útil para determinar a posição social quanto o capital econômico.



Para Bourdieu, o capital cultural, como fenômeno social, é mais complexo de se entender do que o capital econômico, sendo que ambos estão presentes nas relações de desigualdade social. O que dificulta a compreensão do primeiro é o seu processo de reprodução e aquisição, sabendo que o primeiro julga que as preferências estéticas e interesses por determinados bens culturais está relacionado com a posição social do indivíduo.

O sociólogo ainda apresenta o conceito de violência simbólica. Este tipo de violência está tão mascarada nas relações que nem aqueles que sofrem com seus efeitos a percebem como tal. A violência simbólica é consequência da dominação, que teria tal força que as classes mais baixas, vítimas da dominação não perceberiam a complexidade do jogo social e de certa forma achariam que estão na posição que lhes é cabida no extrato social, uma posição desqualificada.

Em relação ao sistema escolar, Bourdieu revela que ele serve como reproduzidor das desigualdades sociais e em alguns casos amplia as diferenças existentes, o que está relacionado com o conceito de violência simbólica imposta e encoberta pela cultura predominante. Ainda no contexto escolar, os alunos e alunas tendem a ser examinados pelo capital que já possuem, a “bagagem” que trazem de casa. Os mais vulneráveis socialmente possuem menos conhecimento, enquanto os que possuem mais capital tem o privilégio de receber uma “herança” de saberes já acumulados por seus pais.

## **2.1 Capitais na Educação**

Como argumenta e expõe Nogueira, Nogueira (2002, p. 26):

As frações mais ricas em capital cultural com aquelas mais ricas em capital econômico. As primeiras seriam propensas a um investimento escolar mais intenso, visando o acesso às carreiras mais longas e prestigiosas do sistema de ensino. Já as frações mais ricas em capital econômico tenderiam a buscar na escola, principalmente, uma certificação que legitimaria o acesso às posições de controle já garantidas pelo capital econômico.

Também para Bourdieu, os capitais seriam formas que as classes dominantes se manteriam nas suas posições. O capital cultural no contexto educacional é tão vantajoso quanto o capital econômico. Com a posse de um nível elevado de capital cultural é possível continuar legitimando as disparidades das classes sociais. Bourdieu usa do conceito de capital cultural para criticar a sociedade meritocrática.

O capital cultural pode ser considerado o acúmulo de bens culturais que o indivíduo possui, seja diplomas, o seu nível geral de conhecimento, boas maneiras e etc.

Esse capital, manifestado na escola, é uma “herança” que os filhos recebem dos pais, que dentre as exigências do sistema condicionam o mérito escolar. Além do capital, os indivíduos herdam aptidões, como a habilidade de falar em público e sua postura corporal.

A escola cobra que os alunos expressem, na escrita, fala e comportamento de maneira elegante e que sejam disciplinados, características que só são adquiridas pelo ambiente familiar.

O ambiente escolar supõe que os indivíduos já possuam determinadas competências que só são adquiridas no ambiente familiar. E utiliza das ideias e preferências das classes dominantes para reproduzi-los no contexto educacional, tornando a escola um reflexo da estrutura social e exigindo competências impostas pelos grupos dominantes.

No contexto da educação, o capital cultural se manifesta quando alunos que possuem uma herança cultural têm vantagem sobre aqueles que não possuem a mesma “bagagem” cultural. Determinando o seu sucesso escolar ou fracasso.

Os alunos não são seres simples que estão em condições iguais no ambiente escolar, mas indivíduos complexos, construídos socialmente e com habilidades adquiridas pelo meio em que vivem.

No campo da educação, a escola é uma instituição que deve promover a justiça social e deve ter uma função transformadora. A escola não é uma entidade neutra, visto que, se assim o fosse estaria legitimando, reproduzindo e em algumas situações reforçando as desigualdades sociais. Na teoria, a escola ofereceria as mesmas oportunidades para todos. O que prejudicaria alguns alunos, visto que nem todos têm as mesmas condições para aprender. Legitimando a desigualdade, quem sabe mais se destaca e quem não consegue acompanhar sofre um processo de exclusão. Sobre os sistemas de ensino o sociólogo francês coloca o seguinte:

Conceder ao sistema de ensino a independência absoluta à qual ele pretende ou, ao contrário, não ver nele senão o reflexo de um estado do sistema econômico ou a expressão direta do sistema de valores da “sociedade global”, é deixar de perceber que sua autonomia relativa lhe permite servir às exigências externas sob as aparências de independência e da neutralidade, isto é, dissimular as funções sociais que ele desempenha e, portanto, desincumbir-se delas mais eficazmente. (Bourdieu e Passeron 2014, p 208)

Sendo assim, a escola é uma reprodutora da estrutura social repetindo para os que a frequentam as ideias da cultura dominante. Não importa a origem social dos alunos, eles serão colocados no mesmo nível, mesmo não possuindo a mesma “herança” cultural.

O nível de capital cultural que os indivíduos possuem afeta diretamente as relações que ocorrem no ambiente escolar. Aqueles que possuem um nível elevado tem maior facilidade de assimilação dos conteúdos, visto que, os estudantes tendem a ser julgados por sua bagagem e herança cultural e social.

Para a assimilação de determinados conteúdos na escola o aluno precisaria ter acesso a algum tipo de conhecimento prévio. Os indivíduos que possuem um nível baixo de capital cultural não possuem esse saber prévio, pois para tê-lo seria necessário que o mesmo tivesse tido um conhecimento passado na família.

Com esse sistema “igualitário” os menos favorecidos de capital teriam mais dificuldades, visto que, nem mesmo seus pais ou responsáveis possuem o entendimento para ofertar conhecimentos prévios à educação escolar e dar o necessário apoio à compreensão dos conteúdos. Fazendo com que o capital continue em posse daqueles que já o possuem.

As diferenças de capitais no ambiente escolar têm grande influência no desenvolvimento do aluno. A escola, ao ignorar esses capitais, tende a ter uma falha na transferência dos seus conteúdos, que em determinados casos não vão ser assimilados tão facilmente por alguns indivíduos. Os métodos de ensino, com a percepção das diferenças de capital, podem ser adaptados à realidade do aluno. Com essa percepção, a escola poderia usar de critérios de avaliação mais coerentes.

Na escola, o capital econômico é quase sempre transformado em capital cultural. Sendo assim, os alunos que não possuem um nível satisfatório de capital cultural estarão fadados ao fracasso social. Esse nível de capital, como coloca Bourdieu vai determinar os recursos que as famílias vão alocar na educação de seus filhos.

Os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito. (Nogueira, Nogueira, 2002, p. 23.)

Os estudantes mais vulneráveis socialmente tendem a encarar o histórico dos que tem melhor desempenho como algo que resulta de um esforço reconhecido. Percebido isso, os

alunos e famílias, frustrados com o baixo rendimento escolar acabam por alocar menos esforços no aprendizado escolar e continuam a perpetuar a desigualdade.

## **2.3 Escola De Tempo Integral**

As desigualdades sociais são acentuadas pelas diferenças de tempo e acesso ao capital cultural. Com o ensino de tempo integral é possível amenizar as diferenças entre os indivíduos. Com uma maior permanência na escola os indivíduos podem ter um acesso maior a conteúdos, o que normalmente não teria em casa.

A escola de tempo integral surgiria como mecanismo para tentar igualar o acesso a bens culturais para todos. Pais com um maior nível de instrução tendem a ter filho que buscam o mesmo caminho, ou seja, quanto maior a qualidade educacional dos pais a tendência é que a educação de seus filhos siga na mesma proporção.

Pais com formação educacional buscam melhores colégios para seus filhos e proporcionam um ambiente que facilita o interesse pela educação.

Ter um ambiente que facilite o acesso a bens culturais favorece o desempenho escolar do aluno, não ter um ambiente acaba por prejudicar o desenvolvimento educacional do aluno. A escola de tempo integral serviria para diminuir essa desigualdade e ofertar bens culturais que o aluno não teria acesso em casa.

Os pais que não possuem uma boa formação escolar tendem a investir pouco na educação dos filhos. Os filhos muitas vezes ajudam na renda da família e o tempo que deveria ser gasto estudando é utilizado para trabalhar e dar apoio no lar. A educação representa um investimento em longo prazo e seus retornos podem ser incertos

Nesse nível social os pais só investiriam na carreira escolar de seus filhos, se estes apresentassem precocemente resultados extremamente positivos, justificando o risco de se investir na sua educação.

A classe média investe mais na educação dos seus filhos, sabendo que ela possibilita elevar a sua posse de capitais culturais, econômicos e sociais. E por já possuir condições financeiras, é possível investir na educação dos seus filhos.

Pais com um alto poder econômico e social investem muito na educação de seus filhos e o sucesso escolar é tido como algo natural, visto que existe uma herança cultural que é passada para os filhos. A educação dos seus filhos não é utilizada como mecanismo de ascensão social como ocorre na classe média, pois já estão no topo da estrutura da sociedade.

As desigualdades sociais são acentuadas pelas diferenças de tempo e acesso ao capital cultural e condições de educação com o ensino de tempo integral é possível amenizar as diferenças entre os indivíduos, com uma maior permanência na escola os indivíduos podem ter um acesso maior a conteúdos que normalmente não teria em casa.

Fornecer mais tempo na escola pode ser compreendido como uma forma de ampliar o direito de acesso à educação às crianças e adolescentes. No Brasil, a legislação sobre educação apresenta condições para a ampliação do tempo de permanência na escola.

A LDB no Caput do Art. 34 diz que “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Ainda no mesmo Art. Parágrafo 2º diz que o “ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.”

Mais adiante no Art. 87, parágrafo 5º a LDB diz que “serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.”

Além do previsto na LDB, existem outros mecanismos que são usados para o fornecimento de educação integral. Como o “Mais Educação”, criando pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010. Esse programa tem como finalidade ampliar o tempo de permanência das crianças na escola por meio de ações pedagógicas dentro ou fora do espaço escolar.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 institui na meta nº 6 o objetivo de “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo,

50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.”

Esses mecanismos legais refletem que existe uma preocupação e interesse no Brasil de ofertar o ensino de tempo integral. Porém, para além de permitir que as escolas possam estender o tempo de permanência do aluno é preciso compreender que existe uma falha no sistema educacional. Somente ampliar o tempo de permanência não resolve quando a escola está inserida em um sistema rigoroso, inflexível e que muitas vezes reflete as desigualdades sociais existentes.

A escola de tempo integral não deve ser igual à de ensino regular, o ensino regular muitas vezes é exaustivo, desestimulante, apresenta problemas com evasão e medidas para reter o aluno em sala. O ensino integral deve ser estimulante e atrativo, com vistas a fornecer ao aluno mecanismos e condições para diminuir as desigualdades que existem no sistema educacional.

Tendo a percepção destes problemas enfrentados pela escola e que prejudicam o aluno, o Estado pode adotar algumas medidas, mediante, as políticas públicas que contribuem para uma maior justiça no ambiente educacional público.

A Constituição Federal garante que a educação é direito de todos, com isso, a oferta de educação para todos os cidadãos torna-se princípio fundamental para a formulação de políticas públicas educacionais.

As políticas educacionais estão envolvidas em diversas dimensões e atingem os mais variados atores. Seu alcance vai desde o âmbito governamental até a sala de aula.

A legislação brasileira mostra que as políticas públicas educacionais podem ser realizadas em todos os níveis, Federal, Estadual e Municipal com suas respectivas secretarias, escolas e salas de aula.

Ao dar a possibilidade de oferta da educação para o âmbito privado e sabendo das especificações que poderiam ser exigidas, adota-se a criação de uma legislação única que dita as normas gerais e básicas da educação nacional. É por meio desse instrumento que pode-se unificar o currículo nacional.

Para medir a educação os governos utilizam determinadas ferramentas metodológicas e através delas obtêm um retrato do que se avalia. Um desses mecanismos são os testes padronizados que medem o desempenho das competências exigidas pela legislação.

Utilizar de testes padronizados permite quantificar o desempenho de alunos e das escolas. E por meio deles estabelecer metas a serem alcançadas pelas instituições educacionais, mostrar o seu desempenho e permitir ao governo cobrar das escolas os resultados desejados.

### **CAPÍTULO 3. INDICADORES E INDICADORES EDUCACIONAIS**

Utilizar de sistemas de avaliação é de suma importância em qualquer política privada ou pública, a partir deles é possível perceber onde se está e os objetivos e metas que se pretende alcançar. Jannuzzi coloca os indicadores como sendo:

Uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. (Jannuzzi, 2001, p. 15)

Indicadores são instrumentos que devem oferecer informações precisas para a mensuração da realidade e, conseqüentemente, para a definição de objetivos e modos de intervenção. São importantes instrumentos de gestão, pois oferecem a leitura do que se precisa aprimorar, identificando falhas.

O uso de indicadores permite a quem observa os dados identificar problemas, monitorar procedimentos, analisar comportamentos, aferir os resultados entre outras possibilidades que podem ser observadas. Essas ferramentas são essenciais no desempenho das atividades de controle, monitoramento e avaliação do que está sendo mensurado, são importantes instrumentos de gerenciamento.

Os governos usam de diversas ferramentas para avaliarem as atividades que exercem. Entre esses mecanismos encontram-se os indicadores que são, segundo o GESPÚBLICA, 2009:

Instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação das organizações, assim como seus projetos, programas e políticas, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas, necessidades de mudança etc.

O uso de indicadores permite a otimização das atividades de avaliação do órgão que os utilizam. Esse mecanismo pode oferecer subsídios para monitorar e avaliar determinados resultados.

O Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal define, no artigo 6º, que o indicador “é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.”



O gestor que se utiliza de indicadores pode através deles melhorar significativamente seus processos, visto que, utilizando essa ferramenta é possível ter um “norte” para uma situação desejada.

Dispor de indicadores permite que o analista sistematize dados para construir uma informação útil. Para obter essas informações os indicadores devem ser confiáveis, estar disponíveis e ser fáceis para compreensão de todos.

Um bom indicador apresenta algumas propriedades. Segundo a Escola Nacional de Administração Pública, são: a “relevância social; validade; confiabilidade; cobertura; sensibilidade; especificidade; periodicidade na atualização; desagregabilidade; factibilidade para obtenção; comunicabilidade; replicabilidade de sua construção e historicidade.” (Jannuzzi, 2001)

Essas propriedades são as formas de justificação da existência do indicador, os aspectos que relacionam a condição dos dados levantados o grau de cobertura, sua capacidade de fornecer subsídios para a discussão do objeto que se analisa e a transparência da metodologia adotada. (Jannuzzi, 2001)

Outras características fundamentais dos indicadores é a capacidade de poder ser atualizado para a obtenção de dados e o acompanhamento do objeto de estudo, permitir a comparação histórica, de dados do passado com os coletados. (Jannuzzi, 2001)

Utilizar de ferramentas que possibilitem identificar problemas e avaliar sistemas oferece a gestão condições para construir alternativas para responder a esses problemas e adiante aprimorar os processos de planejamento e gestão com base nos resultados obtidos.

Avaliar é parte do processo de gestão, seja do sistema educacional, das instituições escolares e até mesmo a sala de aula.

O processo avaliativo está ligado à tomada de decisão, visto que, a partir dos resultados analisados será possível tomar posicionamento sobre o problema, mensurar metas e objetivos e estabelecer o controle para continuar avaliando em um processo contínuo.

Como ferramenta de gestão, utilizar mecanismos de avaliação permite a identificação de problemas para realizar um planejamento de como esses problemas serão sanados. Após o planejamento é realizado o controle, acompanhamento, com vistas a analisar se o que foi

definido está sendo cumprido e realiza-se o processo de avaliação para que o problema seja analisado e por fim monta-se o diagnóstico para um novo planejamento.

O sistema educacional, visto sua importância para a sociedade, é preciso avaliá-lo de maneira coerente e eficiente para que as políticas voltadas para a educação possam ser cada vez mais eficientes.

A utilização de mecanismos que permitam a coleta de dados educacionais, remonta ao Brasil colônia, porém a utilização dessas informações para servir de apoio à formulação de políticas educacionais só se deu no século XX.

No Brasil, o Ministério da Educação utiliza diversos indicadores para avaliar a educação nacional. Os indicadores educacionais utilizados pelo MEC têm como base de dados o censo escolar e sistemas de avaliação de grande escala (Prova Brasil, Saeb e etc.) e os dados obtidos por pesquisas de diversos órgãos que permitem projetar um desenho da população, tais como os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os indicadores educacionais brasileiros são pautados, segundo o Inep em: indicadores sociodemográficos, de oferta, acesso e participação, eficiência e rendimento, financiamento da educação e de comparação internacional.

No Brasil, os indicadores educacionais, como o IDEB - permitem observar taxas de distorção idades-série, média de horas-aulas diárias, entre outros. No que diz respeito à análise dos indicadores da gestão escolar, existe certa deficiência, pois muitas vezes a gestão escolar não interpreta adequadamente os resultados que são demonstrados por esses indicadores.

Para além disso, as gestoras e gestores de ensino deveriam observar os resultados explícitos e implícitos buscando identificar dificuldades que o corpo discente possui e associá-las com outros fatores não analisados, tais como a condição socioeconômica da família, o tipo de atividade que é desenvolvido pela escola, formas de acompanhamento e orientação e etc. O que se percebe, é que de certa forma os resultados obtidos nos indicadores educacionais se mostram distantes da condição do real e muitas vezes não são percebidos pelos atores que compõe o contexto escolar.

Os indicadores educacionais permitem que o governo possa exigir ou ofertar mais oportunidades, a partir dos resultados obtidos.

Os indicadores educacionais existentes fornecem ainda dados relacionados a taxas de escolarização, repetência, financiamento do ensino, nível de qualificação do professor, frequência, número de alunos por docente, entre diversos outros parâmetros que fornecem informações concretas para o uso dos governos em suas atividades de planejamento e controle.

No Brasil as provas aplicadas pelo MEC avaliam as escolas externamente, uma das vantagens desse sistema é poder identificar boas práticas que se destacam das demais redes. A aplicação das provas e os resultados estatísticos permitem a identificação de boas práticas.

### 3.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

O Ideb é o principal indicador educacional brasileiro. Criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2007 é parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a partir dos resultados obtidos pelo Ideb é possível apresentar um diagnóstico da educação brasileira.

Para calcular o Ideb são utilizados dados obtidos pelo Censo Escolar (aprovação escolar), e dados fornecidos pela Prova Brasil, para os municípios, e o Sistema de avaliação da educação básica (SAEB) para as demais unidades da federação e o país.

O Ideb fornece dados que possibilitam um mapeamento dos resultados obtidos por escola, município e estados. Além de fornecer dados, o Ideb é um sistema que estabelece metas que devem ser atingidos pelas escolas, municípios, estados. Conforme tabelas abaixo:

#### Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
<b>Total</b>	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
<b>Dependência Administrativa</b>												
<b>Estadual</b>	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
<b>Municipal</b>	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
<b>Privada</b>	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
<b>Pública</b>	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

### Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
<b>Total</b>	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
<b>Dependência Administrativa</b>												
<b>Estadual</b>	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
<b>Municipal</b>	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
<b>Privada</b>	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.3
<b>Pública</b>	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	5.2

### Ensino Médio

	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
<b>Total</b>	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	5.2
<b>Dependência Administrativa</b>												
<b>Estadual</b>	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.9
<b>Privada</b>	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	7.0
<b>Pública</b>	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.9

Fonte: INEP, 2016

## 3.2 Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Aplicado a cada dois anos o Saeb foi o primeiro instrumento de pesquisa em larga escala no Brasil, a fim de explorar o sistema educacional profundamente. Realizado desde 1990, foi reformulado metodologicamente diversas vezes.

Em 2005 seu nome foi alterado de Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), pela Portaria Ministerial nº 931. Porém, por tradição, o nome Saeb foi mantido.

O Saeb avalia alunos matriculados nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, as provas são realizadas por meio de testes de português e matemática onde os alunos são avaliados com notas de 0 a 10.

O Saeb é constituído por três avaliações de larga escala, a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou "Prova Brasil") e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Entre os principais princípios do Saeb estão: dar subsídios para a formulação e monitoramento das políticas públicas e programas ajustados as demandas identificadas nos respectivos níveis de ensino avaliados; Detectar os problemas e disparidades de ensino nas regiões; Gerar informações sobre fatores que influenciam o contexto escolar;

O Saeb avalia também professores e diretores com vistas a obter informações sobre o contexto do aluno.

### **3.3 Programme for International Student Assessment (PISA)**

O Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes é a maior avaliação internacional em educação, desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O Pisa avalia alunos na faixa de 15 anos, supondo que todos os alunos tenham terminado o ensino básico com essa idade.

O Pisa engloba as áreas de matemática, leitura e ciências. Os resultados obtidos são utilizados para possibilitar a comparação entre os estudantes de diferentes países e discutir a qualidade da educação nestes.

Para aplicação dessa avaliação existe uma coordenação nacional, no Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável por essa tarefa.

### **3.3 Problemas dos Indicadores Educacionais**

Os indicadores são pautados em números e feitos de maneira sequencial, não levam em consideração as diferenças individuais que interferem no desenvolvimento das crianças.

No contexto educacional, os indicadores não percebem as diferenças de cada escola. No Brasil existem diferenças regionais que não são levadas em consideração e além das diferenças regionais existem as diferenças entre as escolas do mesmo estado ou até mesmo na rede municipal.

No caso do Ideb, ele não leva em consideração algumas variáveis, como o custo do aluno, desigualdade social, contexto familiar e a própria formação dos professores.

Diferenças que não são consideradas pelos testes padronizados, que julgam todos como iguais e com as mesmas oportunidades.

Outro problema é a manipulação por parte de algumas redes que reduzem as exigências para apenas cumprir as metas estabelecidas. O êxito escolar avaliado pelos exames da escola condiciona a vida dos indivíduos e reflete o sistema de oportunidades vigentes na sociedade.

Eis por que a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão social em função da classe de origem e, mais precisamente, a estrutura das oportunidades de ascensão pela Escola, condiciona as disposições que contribuem por sua vez de uma maneira determinada para definir as oportunidades de ter acesso à Escola, de aderir às suas normas e de nela ter êxito, e por conseguinte as oportunidades de ascensão social. (Bourdieu e Passeron 2014, p 190)

A educação é percebida como um meio para o indivíduo ascender socialmente. O que os autores criticam é que a escola, como reprodutora da estrutura social dominante, acaba por condicionar os alunos a se adequarem a estrutura, o que acaba por perpetuar as desigualdades vigentes.

Outro problema ao utilizar indicadores em educação, é que os testes padronizados usados para avaliar os alunos e as redes de ensino podem fazer com que essas redes preparem seus alunos apenas para a realização desses testes. Fazer a prova e tirar um resultado satisfatório não significa que o aluno realmente aprendeu as competências necessárias.

As redes se preocupam muito mais com os testes e resultados, do que propriamente com a qualidade do ensino.

Apenas esses instrumentos não fornecem subsídios para a real avaliação das políticas públicas educacionais, visto que, apenas retratam a situação, são só medidores, não demonstram se a situação da educação está de fato atingindo parâmetros bons ou insatisfatórios.

A grande maioria dos indicadores educacionais apresentam seus resultados baseados em médias, ou seja, a soma de todos os resultados dividido pela quantidade do que se deseja aferir. Ao usar essa metodologia o sistema não percebe problemas específicos, pois os resultados individuais estão no “bolo”.

O uso de indicadores apesar de oferecer diversas vantagens gerenciais, como controle e gestão apresentam alguns problemas, como a dificuldade de entender os dados por parte dos atores envolvidos, principalmente no nível da escola. Mesmo com a compreensão dos dados surge outro problema, os atores não sabem o que fazer com os dados.

Os resultados obtidos por esses instrumentos não refletem que os alunos são dotados de experiências e vivências individuais, adquiridas antes de entrarem na escola. No contexto nacional, levando em consideração as diversidades regionais em um país continental como o Brasil, que possui um histórico de desigualdades sociais, uma prova padronizada para todos os alunos do país não considera que em cada região/município a forma como os conteúdos são passados é diferente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso discutir as diferenças que os indivíduos possuem e como elas refletem nos resultados educacionais. Um método padronizado para um país tão diversificado não retrata a real situação dos alunos e alunas dotados de conhecimentos únicos.

Se o que se busca é uma educação de qualidade, onde os alunos possam desenvolver habilidades para a boa convivência em sociedade e para a sua autonomia é preciso pensar a educação no contexto local, uma visão micro, regional, local.

Cada pessoa é dotada de capacidades únicas, a escola precisa buscar aproveitar as potencialidades dos seus alunos. É preciso compreender que o acesso a diferentes bens culturais é diferente para cada um, as desigualdades sociais acabam aumentando essa diferença. A escola como instituição que vem para tentar desenvolver o ser humano, pode utilizar de mecanismos para coibir e diminuir essas diferenças de acesso a bens culturais.

Os indicadores não devem ser extintos, visto que, são excelentes ferramentas de avaliação e controle. Utilizados nas mais diversas instituições públicas e privadas. O que deve ser feito é aperfeiçoar esses instrumentos de avaliação para ofertar dados mais precisos e que se adéquem aos diferentes contextos.

A educação brasileira enfrenta diversos desafios. É preciso repensar como se faz a política educacional e fazê-la em parceria com todos os atores que fazem parte da realidade da escola.

Além de ofertar mais vagas é preciso tornar a escola atraente para o alunado, oferecer condições para sua permanência e principalmente a oferta de um ensino de qualidade com base nos princípios estabelecidos.

Para melhorar a qualidade da educação é preciso melhorar o contexto local das escolas. Incentivar a gestão democrática e participativa nas instituições de ensino público pode fazer com que a forma como a escola é planejada mude. Fazer a escola com a participação dos pais, professores e alunos torna a convivência no ambiente escolar muito mais produtiva. A gestão democrática é princípio garantido na Constituição.



A escola é um ambiente de convivência e deve respeitar as diferenças. A educação deve ser feita sem distinção de raça, gênero, origem social, credo e etc.

Um dos principais gargalos da educação brasileira é a valorização do profissional de educação, é preciso reconhecê-los e dar condições para que estes possam realizar o seu trabalho de maneira coerente e com todos os subsídios materiais e técnicos.

É inegável a evolução da educação brasileira nos últimos anos. Crescimento no número de matrículas, maior investimento na educação, aumento no tempo de permanência do aluno na escola, entre outros avanços conquistados.

Mesmo com todos esses avanços, a educação brasileira ainda enfrenta diversos problemas.

É preciso entender que o processo educacional não se limita apenas a estrutura da escola. É necessário que se compreenda a realidade do educando antes mesmo da sua inserção no ambiente escolar. Com isso, precisa-se entender o contexto no qual o indivíduo está inserido e a sua condição cultural, econômica e social.

É preciso perceber a escola e a situação do aluno em um contexto micro, e usar dessa percepção na construção de políticas públicas nas mais diversas áreas que afetem diretamente a vida do aluno e o contexto educacional. Sejam políticas na área de segurança, assistência social, saúde, habitação, mobilidade urbana entre outras.

Os indicadores devem ser pensados como mecanismos que possibilitem a construção de políticas públicas melhores e mais adequadas à realidade social. Os dados disponíveis para todos precisam permitir que os atores envolvidos e interessados na educação possam analisá-los e utilizá-los como embasamento para novas políticas educacionais.

É preciso compreender que as políticas educacionais devem ser feitas em parceria, desde o aluno até o secretário de educação. O processo de avaliação e as informações resultantes dele precisam ser claras e para o entendimento e a elaboração de novas políticas.

A escola deve buscar parcerias para ajudar no desenvolvimento dos seus alunos e alunas, a parceria com os pais é vital para isso.

O sistema educacional precisa dar atenção aos professores, articuladores fundamentais no processo de construção do conhecimento. É necessário a criação de políticas de

valorização dos docentes, dar melhores salários. Professores são os que menos recebem de acordo com a qualificação, se comparados a outras profissões que possuem qualificação equivalente.

É preciso que se garanta um plano de cargo e carreiras melhor para esses profissionais. Incentivo a pesquisa, melhor formação acadêmica o que acarretaria em benefícios na sala de aula.

As escolas de tempo integral mostram-se como boas ferramentas para a diminuição das disparidades de capitais. Por meio delas é possível ofertar um acesso maior a bens culturais que ajudaram os alunos e alunas a se desenvolverem.

Os indicadores devem ser pensados no contexto micro e as políticas educacionais precisam levar em consideração a realidade local dos indivíduos. A educação de qualidade depende de diversos fatores, percebendo isso o gestor poderá criar políticas públicas nas mais diversas áreas para que as crianças possam ter acesso às oportunidades escolares e de se desenvolver.

As políticas educacionais devem ter em vista as diferenças sociais e escolares causadas pela posse de diferentes tipos de capitais que os indivíduos possuem. Observar essas disparidades permite uma melhor formulação de políticas que farão da educação mais justa e igualitária.

Perceber os capitais é uma forma de compreender o contexto local e individual dos alunos e alunas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arvate, Paulo Roberto. **Economia do setor Público no Brasil**/ Paulo Arvate, Ciro Birdeman – Rio de Janeiro : Elsevier, 2004 – 10º reimpressão.

Amaury Patrick Gremaud. **Manual de economia** / Amaury Patrick Gremaud... [et al]; organizadores, Diva Benevides Pinho, Marco Antonio S. de Vasconcellos. – 5º Ed – são Paulo : Saraiva, 2004.

Bourdieu, Pierre. 1930-2002 **A Distinção: crítica social do julgamento** /Pierre Bourdieu; tradução Daniela Kern; Guilherme]. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007. 560p. Tradução de: La distinction: critique sodale du jugement.

Bourdieu, Pierre, 1930-2002. **A reprodução : elementos para uma teoria do sistema de ensino** / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Passeron ; tradução de Reynaldo Bairão ; revisão de Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. 7. Ed – Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

Bourdieu, Pierre, 1930-2002. **A economia das trocas simbólicas** / Pierre Bourdieu: introdução, organização e seleção Sergio Miceli. – São Paulo: Perspectiva, 2007. – (Coleção estudos ; 20 / dirigida por J.Guinsburg)

BOURDIEU, Pierre. **Os três Estados do capital cultural**, 1979. In: Escritos de Educação/ Maria A. Nogueira e Afrânio Catani (organizadores). Petrópolis, RJ. Vozes, 1998.

BONAMINO, Alicia et al .**Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 15, n. 45, p. 487-499, Dec. 2010 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782010000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000300007&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acessado no dia: 09 de Março de 2016.

BRASIL. **Leide Diretrizes e Bases**. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acessado no dia 12 de Março de 2016

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.**Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/lei/111494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111494.htm)>. Acessado no dia 12 de Março de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm)>. Acessado no dia: 12 de Março de 2016.

Brasil. **Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.**Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.Disponível em:<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112593.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112593.htm)> Acessado no dia 17 de outubro de 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores.**GESPÚBLICA, 2009. Disponível em:<[http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia\\_indicadores\\_jun2010.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf)>Acessado no dia 17 de outubro de 2016.

Brasil. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125)

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.**Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 : Linha de Base.** – Brasília, DF : Inep, 2015.404 p. : il.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores.**GESPÚBLICA, 2009. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca>>. Acessado no dia 08 de Março de 2016.

Brandão, Carlo" Rodrigues.**O que é educação** / Carlos Rodrigues Brandão.São Paulo: Brasiliense, 2007. - - (Coleção primeiros passos; 20)

Cartilha Pisa. **PISA 2015.** Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/documentos/2015/cartilha\\_PISA\\_2015.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2015/cartilha_PISA_2015.pdf)>. Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

**Construção e Análise de Indicadores.** / Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional de Indicadores de Sustentabilidade. – Curitiba: [s.n.], 2010. 108 p.

CORRÊA WERLE, FO; KOETZ, CM; KOVALSKI MARTINS, TF. **Escola pública e a utilização de indicadores educacionais.** (Portuguese). : Public school and the use of educational indicators. (English). Educação. 99-112, Jan. 2015. ISSN: 0101465X. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=102198357&lang=pt-br&site=ehost-live>> Acessado no dia 12 de Março de 2016.

Costa, Marco Antonio F. da (Marco Antonio Ferreira da) **Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas** / Marco Antonio F. da Costa, Maria de Fátima Barrozo da Costa. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica.** Perspectiva, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jan. 2007. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1820>>. Acesso em: 18 nov. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

DaMatta, Roberto, 1936-**O que faz o Brasil, Brasil?** / Roberto DaMatta.- Rio de Janeiro: Rocco: 1986.

ENAP. **Indicadores e Sistema de Informação - Conceitos Básicos.** Disponível em: <<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fIndicadore sociais.pdf>> Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

Demo, Pedro. **A educação do futuro e o futuro da educação/** Pedro Demo. – Campinas, SP: Autores Associados, 2005. – (Coleção educação contemporânea).

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da Educação**, 4ª edição. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1993.

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VERETOUT, Antoine. **As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas.** Sociologias, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 22-70, Apr. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-)

45222012000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Nov. 2016.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222012000100003>.

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP. **Indicadores e Sistema de Informação - Conceitos Básicos.** Disponível em:<<http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fIndicadores sociais.pdf>>. Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

**Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta** / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. -- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. 95 p

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

Freire, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia do Oprimido**/ Paulo Freire. – 62. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IBGE. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.** Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/inep/sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-basica-saeb.html>> Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

**Indicadores da qualidade na educação**/ Ação Educativa, Unicef, Pnud, INEP, Seb/MEC (coordenadores) – São Paulo: Ação Educativa, 2007, 3ª edição ampliada. 72 p

Inep. **IDEB – Resultados e Metas.** Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=3003959>> Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

Inep. **O Que é o Pisa.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>> Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

Inep. **Saeb.** Disponível em:<<http://provabrasil.inep.gov.br/>> Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Geografia da Educação Brasileira** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília : O Instituto, 2000.144 p. : il.

tab.

Ipea. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/160510\\_notatecnica\\_diest\\_18.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160510_notatecnica_diest_18.pdf). Acessado no dia 04 de Agosto de 2016.

Jannuzzi, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**/ Paulo de Martino Jannuzzi. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2001. 141 p.

Lakatos, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 7. Ed. – 7. Reimpr. – São Paulo : Atlas, 2012.

Luckesi, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação** / Cipriano Carlos Luckesi. – São Paulo : Cortez, 1994. – (Coleção Magistério. 2º grau. Série formação do professor)

Maximiano, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**/ Antonio Cesar Amaru Maximiano. – 8. Ed. rev. E ampl. – São Paulo: Atlas, 2011.

MEC/Inep. **Dicionário de Indicadores Educacionais**. Brasília: o Instituto, 2004. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me000269.pdf>>. Acessado no dia 04 de Março de 2016.

MENDES, M. J. A Despesa Federal em Educação: 2004-2014. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abril/2015 (Boletim Legislativo nº 26, de 2015). Disponível em: [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 16 de Setembro de 2016.

Ministério da Educação. **História**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=2>>. Acessado no dia 12 de Março de 2016.

Ministério da Educação. **Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>>. Acessado no dia 12 de Março de 2016.

Moll, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos** / Jaqueline Moll ... [et al]. – Porto Alegre : Penso, 2012. 504 p. : Il. ; 25 cm.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, Apr. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>.

Oliveira, João Batista Araujo. **Reforma da Educação: por onde começar?** / João Batista Araujo e Oliveira. Belo Horizonte: Instituto Alfa e Beto, Editora, 2006.

OCDE. “**Education at a Glance: OECD Indicators**”. Nota sobre o país, Brasil. Disponível em: <https://www.oecd.org/edu/Brazil-EAG2014-Country-Note-portuguese.pdf>. Acesso em 16 de Setembro de 2016

OGlobo. **Investimento do Brasil por aluno está entre os piores, segundo OCDE**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/investimento-do-brasil-por-aluno-esta-entre-os-piores-segundo-ocde-18122981#ixzz4QP0uzPnb>. Acessado em 09 Nov. 2016

Paludo, Augustinho. **Administração pública/Augustinho Paludo**. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 608 p.: 24 cm

Piletti, Claudino. **História da educação : de Confúcio a Paulo Freire** / Claudino Piletti e Nelson Piletti. – 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2014.

Portal Brasil. **Portal Brasil resgata entrevista com Rubem Alves**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/07/portal-brasil-resgata-entrevista-com-rubem-alves>>. Acesso em 12 de Nov. de 2016

Qedu. **O que é o Ideb?** Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/ideb/o-que-e-o-ideb-2/>>. Acessado no dia 10 de julho de 2016.

Rands, Alexandre. **Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução**/ Alexandre Rands. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Secchi, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnósticos de problemas, recomendações de soluções**/ Leonardo Secchi. – São Paulo: Cengage Learning, 2016.



Secchi, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos** / Leonardo Secchi. – São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Simões, Sônia. **Gestão Educacional: uma nova visão** / organizado por Sônia Simões Colombo... [et al ] – Porto Alegre: artmfed, 2004.

VASCONCELOS, Maria Drosila. **Pierre Bourdieu: A herança sociológica**. *Educ. Soc.*, Campinas , v. 23, n. 78, p. 77-87, abr. 2002 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302002000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 12 set. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200006>.